

## CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE BELO HORIZONTE: REPRESENTAÇÕES SOBRE TRABALHO E O TRABALHADOR EM 1928

Fernanda M. N. S. Gouveia<sup>1</sup>

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves<sup>2</sup>

### Resumo

Esta comunicação apresenta resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizada no Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, no campo da História da Educação Profissional e Tecnológica. O objeto de estudo são os discursos das elites mineiras ou “classes produtoras” no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte, em que se discutiram teses para fomento ao desenvolvimento do estado e no qual o Ensino Profissional figurou como tese debatida. Com o objetivo de identificar e compreender as representações sobre o trabalho e o trabalhador, nesses discursos, utilizou-se a metodologia de pesquisa documental que tomou como fontes os jornais, as atas e registros das associações empresariais da época. Desenvolveu-se a análise das fontes associando as representações, nelas veiculadas, aos estudos da história da educação, visando, assim, contribuir para o entendimento do percurso histórico da Educação Profissional em Minas Gerais, na Primeira República. Como resultados verificou-se o uso do Congresso de 1928, da imprensa e da educação profissional como estratégias empregadas pelas classes produtoras para irradiar uma nova representação do trabalho e do trabalhador, atrelada ao taylorismo e americanismo. E verificou-se, também, como tática das classes produtoras a sua polivalência, ao agregar o discurso do engenheiro para infiltrar-se no aparato estatal e, assim, minimizar o conflito direto com os trabalhadores e fazer prevalecer seus interesses por meio do Estado.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação Profissional; Congresso de 1928.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Tecnológica no PPGET CEFET-MG, pós-graduada em Gestão de EaD (UFF) e História da Ciência (UFMG) – fernandagouveia@gmail.com

<sup>2</sup> Coordenador do PPGET-CEFET-MG – irlen@terra.com.br

## Introdução

Este artigo objetiva apontar resultados parciais da pesquisa em andamento que toma como objeto de estudo os discursos das elites mineiras proferidos por ocasião do “Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte”, ocorrido em 1928, buscando compreender as representações sobre o trabalho e o trabalhador neles produzidas.

A temática proposta é relevante e pertinente ao Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG e está inserida no Programa de Pesquisa “Escolarização e formação do trabalhador em Minas Gerais”.

Dissertações e teses tomaram Congressos anteriores e posteriores como objeto de estudo, por exemplo, os Congressos de 1878 no Sudeste e Nordeste foram analisados na dissertação de SIMÃO (2001); o Congresso de 1903 foi objeto da tese de SILVA (2016) e o Congresso de 1935 figurou na dissertação de BARROS (2007). A percepção da lacuna de estudo específico sobre o Congresso de 1928 justificou esta pesquisa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa documental, foram realizados trabalhos de campo para coleta dos dados na sede da Associação Comercial de Minas (ACMinas) em Belo Horizonte, na sede da Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora (ACEJF) e na sede da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá (ACIEI). As atas de reunião, relatórios de diretoria, jornais das associações nestas respectivas cidades, bem como jornais e periódicos da época, foram reunidos e constituem o *corpus* documental perfazendo 962 arquivos de imagem para análise.

O recorte temporal proposto de 1927 a 1930, justifica-se pela intenção de identificar os discursos de preparação e articulação do Congresso de 1928, bem como discursos posteriores para captar seus efeitos. Este recorte dialoga com o escopo do Programa de pesquisa acima citado e no qual encontra-se inserida, com foco no final da Primeira República e sua transição para a chamada Era Vargas (1930-1945).

A análise toma como referência uma “História das elites” para além da abordagem tradicional influenciada pelo positivismo, que considera novas perspectivas teóricas, tais como a História Cultural e a História Social, que nos permitem “uma nova história das elites”, estas entendidas como grupos e redes de sociabilidades com práticas comuns, em que por meio de um universo micro de relações, podemos sondar coletividades, seja na esfera de uma história regional ou

ainda mais ampla, como num jogo de escalas. Fazem parte do universo de abrangência da história cultural as noções de linguagem, as representações e as práticas discursivas, partilhadas por diversos grupos sociais, interessando, assim, os sujeitos que as produzem e os seus receptores (BARROS, 2003). Os autores Michel de Certeau e Roger Chartier, oferecem-nos os conceitos de *estratégia e tática*, bem como o de *representação*, mobilizados na pesquisa. Estes autores e suas perspectivas teóricas se coadunam à tendência atual no campo da pesquisa em História da Educação, pois de acordo com balanço da área: “No âmbito dos estudos históricos, a influência mais reconhecida refere-se à chamada nova história cultural francesa.” (FARIA FILHO; VIDAL, 2010, p. 16).

A importância de se estudar essa temporalidade tem a ver com “o crescimento das cidades, a diversificação das atividades urbanas e a reunião de um número cada vez maior de operários nas fábricas e nas empresas de serviços públicos” (CUNHA, 2005, p. 9).

Essas mudanças na conjuntura do país permitem pensar em reflexos na premência de novas demandas para o trabalho e para a formação do trabalhador, bem como novas representações acerca dos mesmos.

Desenvolvemos este artigo em três seções. Na primeira situamos a relevância e peculiaridade do Congresso de 1928. A seguir, apresentamos brevemente a transição nas representações sobre o trabalho ao considerar o modelo americano. E, por fim, analisamos o uso da educação e do ensino profissional nos discursos das elites produtoras como vetores para instituição e deslocamento de representações.

## **Desenvolvimento**

Nas dissertações do programa de pesquisa “Escolarização e formação do trabalhador em Minas Gerais” é recorrente a percepção da importância da educação e da escolarização como vetores a difundir os valores de positividade do trabalho e do progresso. Nessa abordagem, tomamos como premissa a afirmação: “O mesmo movimento de construção da República é, intrinsecamente, o movimento de construção de representações de trabalho e trabalhador, de cidadão e de cidadania”. (GONÇALVES, 2019, p. 223).

Se considerarmos no bojo dos valores republicanos, a defesa do conceito de progresso - que abarca a dimensão econômica, segundo Pádua (2012) - percebe-se a imbricação entre economia,

política e educação.

Nessa perspectiva, a noção de “vetores” proposta por Bernstein (1998) oferece a percepção dos “canais” por meio do qual são inculcados normas, valores e reflexões (GONÇALVES; MACHADO, 2011). A instituição escolar seria um “vetor” a difundir e fomentar ideais republicanos de ordem e positividade do trabalho atrelados aos interesses políticos e econômicos das elites produtoras. Esses autores destacaram ainda na trajetória do estadista João Pinheiro a sua atuação no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, bem como na presidência de Minas (1906 -1908) quando decretou várias leis, dentre elas a que determinava a criação de instituições de ensino agrícola, tais como as fazendas-modelo (VERSIEUX, 2010).

O estudo seminal de Maria Auxiliadora Faria percebeu os congressos “como cenários privilegiados de autoafirmação das classes conservadoras, e lugares sociais da formação discursiva em torno do projeto de desenvolvimento” (FARIA, 1992, p. 173).

Na tese de Silva (2016) sobre o Congresso de 1903 afirma-se sobre o mesmo, “ter sido organizado com o intuito expresso de marcar a história de Minas Gerais.” (SILVA, 2016, p. 27). Logo, houve intencionalidade e esforço na construção da memória do Congresso de 1903 por meio da organização e publicação de seus Anais disponíveis na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte.

### **O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte (Congresso de 1928)**

A busca pelos discursos do Congresso de 1928, no entanto, revelou a dispersão dos documentos, uma vez que este evento não foi organizado pelo poder público, mas pela iniciativa privada, em que as chamadas classes produtoras, por meio da sua Comissão Executiva liderada pelos presidentes das Associações Comerciais de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, convidaram o poder público. Este fato foi interpretado como “maturidade social e política das classes conservadoras em se legitimar enquanto sujeito histórico” (FARIA, 1992, p. 202).

A utilização da história comparada permitiu-nos identificar deslocamentos e peculiaridades do Congresso de 1928 em relação ao de 1903. A história comparada possibilita entender “como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações” (BARROS, 2007, p. 24).

O deslocamento entre os Congressos de 1903 e 1928 é explicitado na afirmação de que “a

orientação que emergiu no Congresso de 1903, quanto à educação profissional do trabalhador mineiro consolidou-se ao longo das duas primeiras décadas da República, somente sofrendo alterações a partir de 1920” (NOGUEIRA; ALVARENGA, 2011, p. 7).

Gonçalves (2004) alertou para essas alterações, quando afirmou:

Na sequência das orientações do Congresso de 1903, resguardando as especificidades dos vários contextos diferentes, as propostas para o ensino agrícola se mantiveram até o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, quando novas perspectivas para o setor educacional alcançaram situações menos agraristas, assumindo, nesse caso, o caráter de *formação profissional mais ampliada*. (GONÇALVES, 2004, p. 65). *Grifos nossos*.

Assim, em ambos os congressos ocorreu uma defesa da utilização da educação profissional como instrumento de controle. Em 1903 com vistas a valorizar o trabalho, conforme apontou Silva (2016):

Em 1903, os produtores também pretendiam contribuir para o progresso social e moral de Minas Gerais, como lembrou Carlos Sá Fortes, ao responder as questões sobre a vadiagem, apontando que o saneamento moral seria um “imperioso dever” para as classes produtoras. Estabeleciam, assim, uma forte relação entre a função de “promotores da riqueza pública” e moralizadores da sociedade, que sustentou proposições como a regularização das relações de trabalho, a repressão à vadiagem e o ensino profissional, mostrando terem a expectativa de controle social, principalmente dos pobres. (SILVA, 2016, p. 96).

E, em 1928, com vistas a valorizar o trabalhador, para arrefecer a organização política dos trabalhadores, como depreendeu Vieira (1984):

A classe dominante percebe que o controle das condições de trabalho não poderia ser viável apenas pela repressão ou por meio legais. Desta maneira, irá desenvolver, de um modo mais elaborado, formas de controle, já enunciadas no final da década de vinte, que ultrapassam o processo de trabalho e se estendem por toda a vida social, como as escolas profissionalizantes, as vilas operárias, a assistência médica para valorizar o trabalhador. (VIEIRA, 1984, p. 10).

A tese de Vieira (1984) destacou o Congresso de 1928 como “toque de reunir”, como reação à crescente organização dos trabalhadores em Minas Gerais e seus movimentos grevistas durante a Primeira República, notadamente ao longo da década de 20. Greves para as quais a tese de DUARTE (2019) apontou um tom mais ameno nos movimentos operários de Belo Horizonte em função da atuação da Igreja Católica; e DUTRA (1988) sinalizou tom mais aguerrido em Juiz de Fora, cidade que apresentava maior diversidade religiosa, com a presença marcante de protestantes e espíritas, além dos católicos.

No jornal Gazeta Comercial, pertencente à Associação Comercial de Juiz de Fora, foram publicadas na íntegra as teses e discussões do Congresso de 1928, bem como informações sobre os congressos seguintes, conforme a tabela:

**TABELA 1 - Congressos das Classes produtoras de MG no final da década de 1920:**

<i>Nome do Congresso:</i>	<i>Local:</i>	<i>Datas:</i>	<i>Divulgação:</i>
I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte	Belo Horizonte	27 a 31 de maio de 1928	Diária, por meio do jornal Gazeta Comercial, da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACEJF).
II Congresso Comercial, Industrial e Agrícola	Juiz de Fora	28 a 30 de julho de 1929	Diária, por meio do jornal Gazeta Comercial, da ACEJF.
III Congresso Commercial e Agrícola do Estado de Minas	Itajubá	19, 20 e 21 de junho de 1930	Anais da Associação Comercial de Itajubá publicados pela Imprensa Oficial em 1931 e disponível na Associação Comercial de Itajubá.

**Elaborada pelos autores.**

A tese de DUARTE (2019) permite-nos entender que as estratégias utilizadas pelas classes produtoras também foram utilizadas pelas classes trabalhadoras na defesa de seus interesses, dentre elas: a própria auto-organização e realização de Congressos (vide o Primeiro Congresso Operário Mineiro, realizado em abril de 1907 em Sabará), o desejo de eleger representantes para vocalizar suas demandas junto ao poder legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal (DUARTE, 2019, p. 94), o uso de veículos de imprensa próprios para divulgação de suas reivindicações, e a percepção da importância das demandas educacionais, dentre elas o ensino profissional.

Podemos identificar nas demandas educacionais interesses conflitantes entre as classes trabalhadoras e as classes produtoras. Um exemplo ocorre em torno da alfabetização, como exemplificam os trechos a seguir.

Na perspectiva dos trabalhadores, “a eliminação do analfabetismo entre o operariado nacional, é elencada como solução para a melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores” (DUARTE, 2019, p. 124).

Ao passo que na perspectiva das classes produtoras veiculada nos Annaes do III Congresso Comercial e Agrícola do Estado de Minas, realizado em 1930, conforme Tabela 1 acima,

encontramos:

“O analfabetismo é para nós somente um espesso véu que encobre o nosso grande mal – a falta de educação, como já proclamou o professor Miguel Couto. Nada mais precisamos para nos convencer de tão triste verdade senão prejudicar a situação a que ficaríamos reduzidos si obtivéssemos dentro de um curto espaço de tempo a alfabetização da maioria dos brasileiros. Daríamos, naturalmente um grande salto na nossa evolução, mas quem sabe em direção ao comunismo, ou à anarquia!

Não podemos admitir essa hipótese, isto é, a rápida alfabetização porque, como sabemos, ela deve ser acompanhada de um progresso correspondente na educação. Esta, devendo ser sempre orientada de modo a despertar em cada indivíduo o desejo de obter uma profissão útil à sociedade e que lhe dê a recompensa necessária à sua condição de elemento desta mesma sociedade, requer o fator tempo indispensável para a formação de determinados hábitos.

É evidente que se o saber ler e escrever facilita a obtenção de uma profissão e, por conseguinte de elementos úteis à sociedade, facilita do mesmo modo o inverso, isto é, o aparecimento de elementos prejudiciais à coletividade.”

(Anais III Congresso Comercial e Agrícola do Estado de Minas, ACIEI, 1930, p. 97).

O caráter prático e útil da escolarização é reafirmado na defesa do Ensino Profissional, tomada de modo estratégico no Congresso de 1928, uma vez que a 5ª tese tratou especificamente desta modalidade de ensino e denotou o interesse das classes produtoras na sua ênfase e reconfiguração como instrumento para controle dos trabalhadores e atendimento às novas demandas produtivas ao final dos anos 20, de acordo com as novas representações do trabalho e trabalhador que desejavam instituir.

### **Transição nas representações sobre o trabalho e o trabalhador: o modelo americano**

No Congresso de 1928 percebemos a valorização dos Estados Unidos como modelo ideal, expresso no discurso do deputado Fidélis Reis – agrônomo graduado na primeira e única turma do Instituto Zootécnico de Uberaba e um dos fundadores da Escola de Engenharia de Belo Horizonte (RICCIOPPO, 2014) que liderou o debate da 5ª tese sobre o Ensino Profissional, ocasião em que afirmou:

A própria orientação do país sofreria, ao seu ver, uma mudança profunda. Esse incontestavelmente o facto que vae a observação constatando na evolução<sup>3</sup>

<sup>3</sup> A atuação de Fidelis Reis marcou o Congresso de 1928 e também a história do Ensino Profissional, de acordo com os estudos de Cunha (2001), Soares (1995) e Riccioppo (2014). A palavra “evolução” presente em seu discurso, sinaliza sua proximidade com as ideias da eugenia, conforme estudo de Riccioppo (2014).

actual de todos os povos.

Queremos, diz Henry Ford, que todo homem seja capaz de ganhar a vida (...) Em segundo lugar - fala ainda o grande americano - uma verdadeira educação deve ter como resultado atrair o espirito do individuo para o trabalho em lugar de o afastar d'elle.

Assim é que os trabalhos manuaes constituem para os americanos disciplinas ao mesmo título que o cálculo e as sciencias naturaes. Para elles a intelligencia que concebe, nada é sem a vontade que executa. O pensamento não é nada sem a acção. Onde melhor inspirar-nos do que nesse exemplo? (Jornal Minas Geraes, 31 de maio de 1928, p. 8 e 9).

No discurso de abertura do Congresso de 1928, proferido por José Carlos de Moraes Sarmiento, Presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora, encontramos o programa com as teses a serem debatidas:

Em nossos dias, principalmente em consequencia da Grande Guerra, novas tendencias se manifestaram. O productor, seja o industrial, seja o agricultor, na luta intensa pela conquista do consumidor, cada vez mais exigente, se vê na contingencia de estudar e applicar novos methodos, novas theorias. Dahi a producção em massa, tão bem ideada e com tanto exito posta em victoriosa execução, por *Henry Ford*; o *Taylorismo* ou *direcção scientifica de empresas*, quer commerciaes, quer industriaes, quer agricolas; a standartizaçãõ; a nacionalizaçãõ; tendentes todos à obtenção de maior efficiencia na producção (...) Congressos como este, meus senhores, que ora se inicia sob os melhores auspicios, são a *fonte irradiadora de novos ideaes* e contribuem decisivamente para sua divulgaçãõ. (...) Este congresso, meus senhores, deverá, após as necessarias discussões, indicar qual a melhor orientaçãõ a ser adoptada em assumptos de relevancia excepçional, como, por exemplo: a defesa do café, a cotabilizaçãõ, as vias de communicaçãõ, legislaçãõ social, regimen tributário, ensino profissional e credito agricola. (Jornal Gazeta Commercial, 26 de maio de 1928). *Grifos* nossos.

A palavra “irradiadora” remete-nos ao texto:

(...) ao "conhecimento moderno" são confrontados os bacharéis e os eclesiásticos ... e os *engenheiros tornam-se o paradigma de uma nova linhagem de intelectuais da elite*. Isso acontece justamente por que, no novo arranjo das forças produtivas que começa a se instalar, sua posição é estratégica; esses profissionais são os agentes portadores dos conhecimentos mais adequados, mais próximos do núcleo fundador da legitimidade do arbítrio cultural que vai se tornando dominante (a ciência e a técnica). Nesse sentido, o espaço da escola é fundamental e decisivo uma vez que ela se constitui no centro *irradiador* do conhecimento científico. (BARBOSA, 2012, p. 59). *Grifos* nossos.

O Congresso de 1928 foi presidido por José Carlos de Moraes Sarmiento, engenheiro,

proprietário da indústria têxtil Sarmiento em Juiz de Fora. Seu exemplo ilustra o deslocamento na formação das elites mineiras. A tese de Daniel Henrique Diniz Barbosa (2012) abordou a transição na composição da hierarquia das “classes produtoras” e dos quadros da liderança política e técnica do Estado: dos bacharéis em Direito – que predominaram ao final do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX – amplia-se na década de 20, acolhendo aos engenheiros.

Warde (2000) permite-nos perceber o deslocamento do modelo de racionalidade e societário para os Estados Unidos no início do século XX, fato também estudado por Gramsci (2008) em seu caderno 22. Nessa perspectiva, Santos (2012) apontou a presença e pertinência dos engenheiros educadores na década de 20 e na história do ensino profissional.

Se nas primeiras décadas da República em Minas Gerais os bacharéis em Direito apresentavam papel proeminente nos quadros de liderança política e técnica do estado, ao final da Primeira República e no período Vargas, a tese de Barbosa (2012) defende a ampliação da origem profissional desses quadros, com o crescimento da figura do engenheiro.

A ênfase na racionalização, no saber científico, presentes no discurso do engenheiro, e formação de origem dos vários membros da ABE (Associação Brasileira de Educação) ao final da Primeira República reforçam a percepção do despontar de “uma intenção burguesa: a constituição de uma sociedade autoritária, regulada, pontuada e disciplinada pelo trabalho” (Dutra, 1988).

Marta Carvalho (1998) corrobora esta perspectiva:

“(…) a representação da educação como cadinho em que se fundem liberdade e eficiência flexiona a “grande reforma de costumes” prevista no referido programa como reforma de recorte explicitamente moderno, destinado a ajustar os “homens a novas condições e valores de vida”. Reforma que, ao definir liberdade como disciplina, evidencia-se projeto marcadamente autoritário de conformação nacional” (CARVALHO, 1998, p. 116).

E ainda ao afirmar que “organização do trabalho frequentemente conotava processos tayloristas de racionalização do trabalho industrial. Propunha-se que a escola organizasse a atividade do aluno em moldes fabris” (CARVALHO, idem, p. 129).

No debate da tese 8, “Legislação Social”, do Congresso de 1928, o discurso de racionalização, higiene e educação foi utilizado pelas classes produtoras para postergar o cumprimento de leis trabalhistas e atendimento às reivindicações dos trabalhadores. Encontramos vários exemplos

nos discursos do relator da tese 8, o deputado Daniel de Carvalho, como neste, em que afirma:

"Não será preferível educar o trabalhador, dar-lhe calçado e ensiná-lo a defecar, obrigando os patrões a construir latrinas ou fossas assépticas – a brindá-lo com a lei dos três oitos, a semana inglesa, o salário mínimo ou os conselhos arbitrais?" (Jornal Gazeta Comercial, 16 de junho de 1928).

O tom conciliador e postergatório referente à Legislação Social também pode ser percebido no relatório de 1928 de Benedicto Pereira, presidente da ACIEI ao destacar as conclusões do Congresso de 1928:

"8ª. Legislação Social. Conclui que se ativem os estudos da legislação social, tendo por base o *acordo* entre os interessados (patrões, operários e Estado)" (Relatório da Direção da Associação Comercial de Itajubá relativo ao exercício de 1928, p. 19). *Grifos* nossos.

Nesse comentário, o presidente da ACIEI considerou o Estado como elemento conciliador dos conflitos entre patrões e operários, antecipando assim, as tendências que serão intensificadas a partir da Era Vargas, em que lideranças das classes produtoras reforçarão sua atuação no aparato governamental utilizado para desempenhar o papel mediador dos conflitos.

### **Educação e Ensino Profissional – permanências e deslocamentos**

"O ensino profissional foi propugnado como um dos meios para se chegar ao progresso, que viabilizaria a entrada do Brasil no rol das nações modernas". (GONÇALVES, 2019, p. 247).

Na 5ª Tese do Congresso de 1928, no jornal Minas Gerais, lemos:

"O homem que trabalha representa uma verdadeira força social. O trabalho, não importa que trabalho, é uma base excelente de educação. É graças a elle que o homem se torna disciplinado e organizado. Educa-lhe o sentimento e o ennobrece. Constitue, por sem duvida, o mais precioso meio de educação. (...) Geral a queixa contra a orientação da nossa cultura, que não aparelha o homem para a lucta e para a vida. Em regra, o que formamos é o letrado e o semi-letrado com uma instrucção geral sem base e sem utilidade immediata. Nunca o homem para o trabalho útil e productivo. Mas nem só poderá um paiz como o Brasil, viver dos que se habilitam ao exercicio das profissoes liberaes. Outra coisa infelizmente não temos feito. (...) As carreiras que preparam o homem para o commercio, para a industria, para a lavoura, em que ha de fundar a grandeza da nação, dessas não cuidamos, ou, quando o fazemos, é em plano de visível inferioridade." (Jornal Minas Geraes, quinta-feira, 31 de Maio de 1928, p. 8).

Percebemos nos excertos do discurso acima a posituação do trabalhador e a crítica ao

bacharelismo por meio da defesa de uma educação útil, prática, que habilite o educando a “ganhar a vida”, a ser produtivo para si e para a sociedade.

Segundo Gonçalves (2019):

"A partir de 1920, a formação do trabalhador foi se deslocando para o ensino secundário e superior e, por conseguinte, alterou-se do sujeito criança para os sujeitos jovens e adultos. Compreendia como fator-chave do desenvolvimento social, da evolução social e base da construção do homem moderno, percebeu-se a necessidade de mudar a organização da educação pública no estado com vistas ao atendimento mais imediato do trabalhador demandado pela industrialização em pleno crescimento." (GONÇALVES, 2019, P. 244).

O trecho acima é ratificado pela presença de teses para discussão com foco específico na questão educacional, presentes tanto no I Congresso Comercial ou Congresso de 1928, cuja 5ª tese “O Ensino Profissional” esteve a cargo do relator Fidélis Reis em sua veemente defesa do Ensino Profissional; e reverberou nos Congressos das classes produtoras posteriores, tal como verificamos no III Congresso Comercial a presença da tese “As Classes produtoras e a educação nacional”.

No jornal Gazeta Comercial de 11 de abril de 1928, encontramos a visão das classes produtoras de diversificar a matriz produtiva primária do país, conforme lemos:

“Dissemos acima que nosso paiz está destinado a ser o maior abastecedor de carne ao velho mundo. Devemos acrescentar que a industria pastoril está destinada, no Brasil, a ser sucedanea, ou pelo menos companheira do café como factor de nossa riqueza. Cuidar de desenvolver outras fontes produtoras na obra economia do paiz é tarefa de são patriotismo.

Na edição de domingo, 22 de abril de 1928 da Gazeta Comercial, encontramos a defesa do Ensino Profissional como fator de desenvolvimento e progresso econômico, vejamos:

“Mas há outras modalidades do ensino que estão exigindo nossa atenção também, além dos cursos primario, secundario e superior. Referimo-nos ao ensino tecnico e profissional, tão necessario num paiz como o nosso, onde não abundam os lyceus e escolas que preparem praticamente o brasileiro de amanhã. Precisamos de quem saiba ler, necessitamos de elites intellectuaes, mas tambem temos necessidade de artifices, de agronomos, de criadores, de homens habilitados a exploração de todas nossas riquezas naturaes, a extrahir de nosso solo uberrimo e de nosso riquissimo subsolo tudo aquillo que fará a grandeza do Brasil de amanhã. (Jornal Gazeta Comercial, 22 de abril de 1928).

Nesse sentido, cabe mencionar que o início do Congresso de 1928 em Belo Horizonte ocorreu no mesmo dia do encerramento da Exposição de Gado realizada na Fazenda Gameleira,

presidida por Djalma Pinheiro Chagas, Secretário da Agricultura, e cujos anais encontram-se disponíveis no ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins).

Esse arranjo de datas para os eventos, denota o interesse não somente em congregar as lideranças das classes produtoras dos para o debate das teses, como também propagandear e incentivar, por meio da exposição, a atividade pecuária no Estado.

O jornal Gazeta Comercial de 11 e abril de 1928 apresenta-nos as representações acerca da educação e do trabalho docente sob os efeitos da Reforma do Ensino em Minas Gerais realizada pelo Secretário do Interior Francisco Campos em 1927, para a qual tece críticas:

“Ou muito nos enganamos, ou, a não ser modificado o regulamento nessa parte, chegaremos a um destes resultados: as professoras abandonarão o ensino, trocando-o por outros empregos, como já estão fazendo algumas empregando-se como caixas no comercio; continuarão a leccionar e no fim de poucos annos estarão inutilizadas physicamente, tuberculosas, ou relaxarão, cansadas, exaustas, em estímulo.

Outros factores contribuem para cansar o professor e principalmente a professora, que se presume ser uma senhora, ou senhorita de educação, entre os quaes o pessoal com que lida: em sua maioria, moleques, apedrejadores de arvores, que assaltam bondes e proferem obscenidades...

O regulamento de ensino não admite o menor castigo, de qualquer especie, além do conselho carinhoso. Esse processo é optimo para crianças bem educadas por seus paes. Vão lá empregalo com negrinhos que até bebem cachaça dada por seus proprios paes e aprendem com estes um vocabulario do mais baixo calão...” (Jornal Gazeta Comercial, 11 de abril de 1928, p. 4).

Percebemos no trecho acima, a comparação entre “crianças bem educadas” tomadas como alunos de um plano idealizado a contrastar com a realidade encontrada pelos docentes, cuja representação remete ao trabalho feminino e que se depara com “negrinhos que até bebem cachaça”. A reprodução de representações associadas ao racismo e ao machismo podem ser percebidas nos relatos do ambiente educacional neste período.

Nos documentos da ACIEI, Associação Comercial de Itajubá, lemos:

“Encontramos no brasileiro todos os predicados que fazem a grandeza da civilização do povo americano e de alguns povos da Europa, mas, é necessário não nos contentarmos somente com a existencia destes predicados e empregarmos todos os nossos esforços para sahirnos desta situação de inferioridade relativa, descobrindo o melhor meio de aproveitar as energias ahi existentes. A educação, somente a educação, faz o individuo tornar-se uma célula viva da sociedade...” *A educação e instrução dos adultos é o problema que deveriamos resolver*, pois, si não conseguirmos este caminho não conseguiremos progredir, rapidamente, como necessitamos.

(...) Todas as Associações Commerciaes, Industriaes e Agricolas constituirão, entre os seus associados, uma “commissão de educação”.

Esta comissão se encarregará de estudar os assumptos referentes á educação e instrucção de todos os elementos, *principalmente, dos adultos ligados às diferentes empresas* commerciaes, industriaes e agricolas.

A instrucção elementar pode crear eleitores, mas não prepara individuos uteis á sociedade.

E a instrucção secundaria, ou mesmo a superior, quando mal orientada ou mal dirigida, ao envés de constituir um bem, é um mal social, pois crêa essa classe perigosíssima para a sociedade: o proletariado intelectual, que, profissionalmente deseducado, mas muito presumida de sua instrucção livresca e indigesta, incapaz de se entregar a um trabalho proficuo e assiduo (...).

Educar, é bom que se repita, não é somente instruir; é como o accentúa a these, aparelhar o homem para reagir contra o meio ambiente, habilitando-o, pelo desenvolvimento harmonico de suas faculdades physicas, moraes e intellectuaes, a melhorar esse meio pelo seu esforço em beneficio proprio e em beneficio da collectividade.

(...) É por esse motivo que tem tido no mundo moderno notavel incremento o *ensino tecnico-profissional, que é imprescindível diffundir em nosso paiz, se não quizermos commeter o crime de deixar inexploradas ou entregues á ganancia estrangeira, que é insaciavel, as incalculaves riquezas que se escondem em nosso sub-solo.* (Discurso do dr. José Rodrigues Seabra, parecerista da tese “As classes produtoras e a educação nacional” - Anais do III Congresso Comercial e Agrícola, p. 95 - 109). *Grifos* nossos.

## Conclusão

Nos discursos das classes produtoras veiculados nos Congressos, atas e jornais durante a Primeira República notamos a constância da instrumentalização da educação e do ensino profissional para moldar e instituir representações dos cidadãos de acordo com seus interesses produtivos e econômicos.

Percebemos deslocamentos ao final da década de 20, tanto na esfera produtiva como no âmbito educacional, pois o foco do ensino profissional desloca-se da criança para o ensino de jovens e adultos.

Nota-se a preocupação de controle do empresariado para evitar o perigo da “instrução pura e simples” por meio da intensificação da racionalização, da disciplina educativa e do trabalho com vistas a garantir uma sociedade ordeira e produtiva para alcançar o progresso. Antecipa, assim, tendências autoritárias intensificadas posteriormente durante a Era Vargas.

Esperamos, nesses breves apontamentos, contribuir para o entendimento do percurso histórico da educação e representações por meio dela difundidas ao longo da Primeira República.

## Referências

## **Livros:**

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e Política nos anos 20: a desilusão com a república e o entusiasmo pela educação. IN: LORENZO, Helena C. De; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 115-132.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 193-239.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

GONÇALVES, Irlen Antônio; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação e Escolarização em Minas Gerais: o Legislativo e o Executivo como produtores da representação dos trabalhadores. IN: GONÇALVES, Irlen A. (org.) *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. Tradução Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. IN: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17 -63.

## **Artigos de periódicos:**

BARROS, José D. História Comparada - Um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*. Vol. 1, n. 1, jun. /2007.

CHARTIER Roger. O Mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n.11, p.173-191,1991.

PEDROSA, José Geraldo. Americanismo e Trabalho: Tocqueville e Gramsci. *III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade*. UTFPR, nov. 2009.

SOARES, Manoel Jesus Araújo. Uma nova ética do trabalho nos anos 20 - Projeto Fidelis Reis in: PICANÇO, Iracy Silva. *Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil*. Setec/Mec - Brasil. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_genese.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_genese.pdf)>. Acesso em 27 dez. 2018.

DUTRA, Eliana de F. República e Trabalho no Registro da Burguesia. In: 100 anos de República. *Revista do Departamento de História*, n.º 10. Cadernos DCP, n.º 8 (número conjunto). Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 1990.

FARIA FILHO, Luciano M. de; VIDAL, Diana G. História da Educação no Brasil: a constituição do campo e sua configuração atual. *Revista Educação em Foco*, UFJF, 2010, n. 2. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/artigo-Luciano-Mendes.doc](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/artigo-Luciano-Mendes.doc)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GONÇALVES, Irlen Antônio. A escolarização do trabalhador na república mineira. IN: CARVALHO, Carlos Henrique de.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs. Vol. 3). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República: Vol. 3: República*. EDUFU: 2019. p. 223-249. Disponível em: <<http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/historia-da-educacao-em-minas-gerais-da-colonia-republica>>. Acesso em 17 de maio de 2019.

GONÇALVES, Irlen A; NOGUEIRA, Vera L. Espaços de formação do trabalhador em Minas Gerais no alvorecer da República (1891-1920). *Rev. Bras. de História da Educação*. V. 18 (2018). Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/44832/pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; ALVARENGA, Michelle Reis de. As representações sobre o trabalhador mineiro sob o ponto de vista do léxico republicano (1892- 1924). *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, UFES, 2011.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 14, n. 2, p. 37-47, 2000.

### **Teses e dissertações:**

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e Pensamento Desenvolvimentista em Minas Gerais (1903- 1969)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, USP: São Paulo, 2012, p. 42-80.

DUARTE, Renata Garcia Campos. *Imprensa Operária e Educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UFMG: Belo Horizonte: 2019. 287p.

FARIA, Maria A. *A política da gleba: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na primeira República*. 1992. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1992.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 - 1918)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UFMG: Belo Horizonte: 2004, 283 p.

MACHADO, Vinícius Azevedo. *Produtor, político e bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG: Belo Horizonte, 2010.

PÁDUA, Pedro Geraldo. *O Conceito de Progresso nas Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891- 1930)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG: Belo Horizonte, 2012.

RICCIOPPO, Thiago. *Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis? Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2014.

SANTOS, Oldair Glatson dos. *Americanismo e Educação Profissional: a implantação do sistema de ensino técnico industrial na década de 40*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. *“Para os grandes males, os grandes remédios”*: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). 254 p. Tese. (Doutorado) - Faculdade de Educação, USP: São Paulo, 2016.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906- 1915)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG: Belo Horizonte, 2010.

VIEIRA, Evantina Pereira. *Minas Gerais: Dominação Burguesa - conflitos políticos e formas de organização. 1927- 1940*. Tese (Doutorado) da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1984, mimeo.

### Fontes:

ANAIS do III Congresso Comercial e Agrícola do Estado de Minas, realizado em Itajubá nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1930. Associação Comercial de Itajubá. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1931, 257 p.

RELATÓRIO relativo ao exercício de 1928 apresentado pelo seu presidente Benedicto Pereira. Associação Comercial de Itajubá. Est. Graph. Casa Lucy: Itajubá, 1929, 73 p.

Jornal MINAS GERAIS, 27 a 31 de maio de 1928. Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Jornal GAZETA COMERCIAL, 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1928. Associação Comercial de Juiz de Fora – ACEJF.